



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Às quatorze horas do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, após a verificação da
2 presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice a **Quadragesima Sétima**
3 **Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba**
4 **no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF**. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio –
5 Maurício Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* – Vitor Rodrigues Lima
6 dos Santos (titular); Emater - Priscilla Regina da Silva (Titular) e Icléa Silva (Suplente); Sema
7 – Thaiane Meira; SEDUH - Camila Maia; IBRAM - Renata Mongin e Irving Martins Silveira;
8 Associação dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular);
9 UnB – Ricardo Tezini Minoti (Titular); Fape-DF – Natália Cristina Chagas M. Teixeira
10 (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap – Vitor Salles; Universidade Holística Internacional da
11 Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente); *Usuários: Abastecimento Urbano,*
12 *Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*:
13 Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites
14 (Titular) e Fabio Baker Isaias (Suplente); *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Lira
15 (Suplente); *Usuário de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Irrigação e Uso*
16 *Agropecuário*: Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa
17 (Titular) *Usos Não Consuntivos*: Oca do Sol - Sol Udry. Com a palavra o Presidente Ricardo
18 Minoti. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de presença e quórum; 2.
19 Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária. **II – ORDEM DO DIA** - 1. Avaliação dos
20 impactos do PL N° 4.379/2020 – Senado Federal. A). Bacia do Reservatório do Descoberto –
21 Regularização Assentamento Maranata. B). Bacia do Lago Paranoá – Regularização do
22 Assentamento 26 de Setembro. C) Criação do Parque Nacional da Contagem/DF.
23 - 2. Situação da APM Taquari e das nascentes das bacias hidrográficas da Serrinha do Paranoá.
24 A). Projeto de Licenciamento Taquari – Etapa II. B). Situação da área do Monumento Encosta
25 do Paranoá e novos empreendimentos urbanos junto ao Lago Paranoá, com demandas de
26 abastecimento d’água e repercussões nos sistemas de drenagem pluviais e no esgotamento
27 sanitário na região. C). Situação do processo de implantação do Parque Pedra dos Amigos. D).
28 Situação quanto ao atraso dos processos de implantação dos Parques Taquari e Varjão e
29 respectivos impactos hidroambientais no córrego do Torto. **III – INFORMES GERAIS - I –**
30 **ABERTURA DOS TRABALHOS - 1. Verificação das presenças e quórum** - Verificou-se a
31 grande presença da comunidade na reunião. Informações gerais quanto ao pacto de boa
32 Convivência durante a reunião e leitura da pauta. **2. Aprovação da Ata da 24ª Reunião**
33 **Ordinária** – Ricardo diz que mesmo estando com a ata pronta, não teve tempo hábil para
34 análise e posterior envio aos representantes. Mantendo esse item em pauta para a próxima
35 reunião. **II - ORDEM DO DIA - 1. Avaliação dos impactos do PL N° 4.379/2020 – Senado**
36 **Federal. A). Bacia do Reservatório do Descoberto – Regularização Assentamento**
37 **Maranata.** - Ricardo Minoti esclareceu que surgiram uma série de reivindicações sobre as
38 temáticas abordadas e por esse motivo está sendo realizada uma nova reunião extraordinária



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

39 por solicitação de membros do Comitê e moradores da região da sub-bacia do Paranoá,
40 localizada na BH do Paranaíba no DF. Trata-se de um Projeto de Lei do Senador Izalci Lucas,
41 que foi convidado para participar da reunião, porém não pode comparecer e pediu que os
42 registros das discussões fossem posteriormente encaminhados para ele. É importante salientar
43 que o Comitê não tem gestão sobre o uso das terras no DF e sim sobre os recursos hídricos
44 nesta bacia hidrográfica. Porém, é importante que o comitê participe dessas discussões, pois
45 esses crescimentos desordenados impactam diretamente as nascentes, os córregos locais e até
46 mesmo o lago Paranoá, assim como podem afetar negativamente as águas subterrâneas da
47 região. Com a palavra Maurício. Foi feita uma breve apresentação sobre a situação e a região
48 afetada por esse referido PL em tramitação no Senado Federal, sendo primeiramente explicado
49 que a Flona de Brasília é composta por 04 áreas, a saber: a Flona 01, que é a mais conhecida
50 por ter uso público e preservada, que está situada junto a Taguatinga, a Flona 02 também
51 conhecido como Assentamento 26 de Setembro, cujas ocupações irregulares são na sua maior
52 parte com características urbanas. A área da Flona 04, próximo a Brazlândia, uma região ainda
53 bem arborizada principalmente por florestas de pinus e eucaliptos e sem ocupações irregulares;
54 e a Flona 03, situada próximo as margens da região mais a montante da Represa do Descoberto,
55 também conhecida como área Maranata, onde há em parte da mesma (50%), uma ocupação
56 rural irregular a cerca de 15 a 20 anos. A criação de todas essas Flonas se deu em 1999. Porém,
57 pela proposta de PL do Senador Izalci, as áreas da Flona 2 e da Flona 3 seriam desafetadas.
58 Porém, para que haja ao menos uma mitigação dos impactos hidroambientais que as ocupações
59 desordenadas estão causando respectivamente a sub-bacia do córrego Vicente Pires (26 de
60 setembro) e a Represa do Descoberto (Maranata), há um Artigo Décimo nesse PL, que
61 determina a previsão de que haverá a regularização ambiental e fundiária dessas áreas
62 desafetadas, onde justamente houve um total descontrolado do Estado e da União, o que provocou
63 grandes impactos socioambientais nas Flonas 2 e 3 e referidos cursos d'água e respectivos
64 mananciais. Foi destacado que o limite territorial da APA do Planalto Central ainda adentra,
65 em parte, dentro do Assentamento 26 de Setembro, o qual também está no entorno imediato do
66 Parna Brasília e da Flona 1, sendo que com a desafetação da área da 26 de setembro como
67 Flona, a área não será mais mantida como unidade de proteção integral. No entanto, uma parte
68 pequena, tanto a leste quanto a norte, vai continuar sendo APA Federal. Situação semelhante
69 ocorrerá na Flona 3 na região do Maranata, que continuará sendo parte da APA do Descoberto.
70 Contudo, a proposta do Izalci procura compensar essa perda ambiental e hídrica, com a
71 extensão da Flona 1 em sua parte sul sendo ampliada até encostar na Via Estrutural, e ainda
72 mais ampliando por cerca de mais 4.000 hectares a atual Rebio Contagem, ao longo de toda a
73 Chapada da Contagem, até encostar na parte nova do Parna BSB, protegendo quase uma
74 centena de nascentes existentes nessas regiões. Enquanto que, paralelamente, também tramita
75 outro PL na Câmara Federal, de autoria da Dep. Flavia Arruda, que anti-ecologicamente
76 simplesmente desafeta as áreas das Flonas 2 e 3 e, dessa forma, simplesmente deixariam de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

77 existir mais de 4.000 hectares de áreas verdes protegidas no DF. Com a palavra Ricardo, que
78 enfatizou que tanto o Senador Izalzi, quanto Deputada Érica Kokay foram convidados para a
79 reunião e não compareceram e nem designaram um representante. A preocupação maior é
80 olharmos para as duas bacias que serão afetadas com esses PLs e os impactos cumulativos que
81 essas ocupações poderão gerar nos recursos hídricos dessas regiões. Uma outra preocupação
82 refere-se à retirada crescente de águas subterrâneas do Lago Oeste, que alimentam a outra
83 Barragem do DF, Santa Maria. Já a proposta do Senador Izalzi é que com a desafetação se crie
84 um novo Parque Nacional denominado de “Contagem”, compensando a perda de áreas
85 protegidas na Flona, com área de Cerrado com nascentes com dimensões equivalentes e
86 importância hidroambiental semelhantes transformada em Unidade de Conservação de
87 Proteção Integral. Porém, há esse risco de que existe um outro projeto na Câmara que prevê
88 fazer toda a desafetação das duas Flona, sem nenhuma contrapartida hidroambiental para o DF.
89 Frisa que o futuro Parque da Contagem é extremamente importante para a preservação das
90 nascentes da bacia do rio Maranhão e as do ribeirão Sobradinho, área da bacia contendo um
91 afluente que também serve como manancial, assim como para a recarga da represa de Santa
92 Maria. Com a palavra a convidada Maria Elisa Leite Costa, doutoranda do PTARH/UnB
93 (drenagem urbana e qualidade da água), que explicou também a situação da bacia do Riacho
94 Fundo, que afeta o lago Paranoá, lembrando que o mesmo se tornou um novo manancial de
95 abastecimento para o DF (Caesb), por isso iniciou-se um estudo sobre os níveis de poluição
96 hídrica que chega ao lago Paranoá. Por isso, o Riacho Fundo se tornou um grande ponto de
97 estudo. Os estudos se iniciam a partir da procura e análise das situações hidroambientais da
98 região e que possuem paralelo com o que vem ocorrendo na região da Flona 2. Inclusive, quanto
99 à região do Assentamento 26 de Setembro (Flona 2), o pessoal da arquitetura da UnB nos
100 procurou e sobre o caso da Serrinha do Taquari foi o Ministério Público que nos procurou para
101 fazermos estudos e trazer dados reais dessas regiões. A região de Vicente Pires era
102 completamente desocupada e foi loteada e hoje se tornou um caos. Sem dúvidas de que quando
103 olhamos um corpo hídrico que está presente nesses locais, constata-se que eles sofreram
104 diversos impactos negativos devido a essas ocupações. Mensurando esses impactos temos:
105 graves problemas de drenagem urbana com inundações e poluição. Todas as regiões urbanas
106 da bacia do Paranoá foram estudadas. 1 tese, 9 dissertações – 2 em desenvolvimento, trinta e
107 cinco trabalhos de conclusão de curso – 8 anos. A ideia era saber se uma região bem planejada
108 causaria tanto impacto quanto uma não planejada. A estação Riacho Fundo I está localizada no
109 exutório das galerias de águas pluviais da Região Administrativa afim. Descarrega no Riacho
110 Fundo e é tributário do Lago Paranoá. É uma área urbanizada que lança as cargas de poluição
111 difusa sem tratamento nos corpos hídricos receptores. A RA foi implementada em 1990 após
112 do Governo do Distrito Federal instituir um programa habitacional para atender à demanda e
113 organizar espacialmente o território, visando a erradicação de ocupações irregulares. A região
114 possui uma declividade razoável, varia de 0-12%, com média de 3% (Dissertação de Taís Tsuji,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

115 2018), mas como possui uma boa cobertura do sistema de drenagem urbana, não possui grandes
116 problemas de alagamento. O córrego Vicente Pires está localizado no exutório do corpo hídrico
117 de mesmo nome, que nasce próximo a 26 de Setembro (Flona 2). Esta sub-bacia apresenta a
118 jusante de algumas RAs do DF como Estrutural, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueiras e
119 parte do Núcleo Bandeirante: é uma área de 90km². O córrego Vicente Pires é composto, em
120 sua nascente, pelos córregos Cana de Reino e Cabeceira do Valo (Flona 2/APA-PC), com curso
121 principal possuindo uma extensão de 12 km, e recebendo como afluentes os córregos
122 Samambaia, Águas Claras e Vereda Grande. Possui quase 100 mil habitantes sem coleta de
123 esgoto e drenagem. Foram colhidas amostras da água e analisadas em laboratório. No córrego
124 Vicente Pires tinha muita matéria orgânica na sua composição, indicando a presença de esgoto
125 (água escura). Comparado com Riacho Fundo, percebe-se uma coloração da água diferente
126 (mais clara). Como resultado, o córrego Vicente Pires foi selecionado para o monitoramento
127 hidrológico e de qualidade da água no exutório entre 2018 e 2020. A vazão máxima medida no
128 Córrego foi de 72,17m³/s. Percebemos que durante as cheias aumenta a poluição de origem
129 difusa e provoca aumento de sedimentos no Córrego e também dos níveis de matéria orgânica.
130 Verificou-se a ocorrência de lançamentos de esgoto contendo, inclusive, elevadas
131 concentrações de nitrogênio e o fósforo. O evento ocorrido no dia 19/02/18 apresentou todas
132 as curvas acima da bissetriz de 45°, exceto pelo nitrito. Para os 30% de volumes iniciais:
133 29,33% dos Sólidos em Suspensão sendo a menor porcentagem. NH₃-N e PR as maiores
134 porções foram de 38,33% e 35%, respectivamente. O parâmetro b pode ser uma boa referência
135 para análise da “primeira descarga”, o *First Flush* (FF), tendo em vista que valores menores
136 que 1 indicam a ocorrência do *First Flush* e quando menor o valor de b, maior carga de poluente
137 foi carregada nos volumes iniciais. A quantidade de sedimentos jogados no córrego varia de
138 acordo com a chuva, na seca os gráficos não chamam à atenção. Os dados analisados pela
139 Caesb são divergentes dos dados obtidos na pesquisa. Analisamos todo o período de cheia e a
140 Caesb faz um monitoramento pontual e não consegue exemplificar quanto de descarga cai no
141 córrego. **b. Bacia do Lago Paranoá – Regularização do Assentamento 26 de Setembro –**
142 Essa área fica um pouco acima da Vicente Pires. Foi realizada uma simulação, ocupando o
143 Assentamento 26 de Setembro como se fosse Vicente Pires e temos como resultado uma
144 produção de vazão máxima quase 3 vezes maior do que o que está acontecendo. Temos como
145 proposta uma ocupação ordenada, planejada e sustentável em parceria com os membros da
146 Faculdade de Arquitetura da UnB, propondo uma urbanização menos adensada e mais
147 verticalizada para terem mais espaços verdes e a presença de medidas compensatórias que são
148 as bacias de retenção, além de pavimentos permeáveis e locais que armazenem a água das
149 chuvas, para que não seja levada a jusante. Temos proposto uma maneira de intervir, fazendo
150 coisas reais para que seja possível construir uma urbanização em harmonia com o meio
151 ambiente. Com a palavra o presidente Ricardo que agradece a apresentação da Elisa e abre a
152 palavra para discussão. Com a palavra Fábio da Caesb que ressalta a preocupação com a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

153 ocupação desses territórios do DF. Registra que é importante ressaltar que estamos no DF e
154 sempre que uma solução urbanística vem com a verticalização, ela tem que ponderar que
155 qualquer rompimento dessa verticalização, produz um efeito maior do que se a ocupação ficar
156 apenas no nível de impermeabilização, temos como exemplo, Águas Claras. A preocupação da
157 Caesb com a 26 de setembro é porque parte dessa região também drena água para a bacia do
158 bananal e para o Parque Nacional de Brasília (Santa Maria). Parte da 26 de setembro é APM
159 do bananal. Entendemos que a solução para esses territórios é a ocupação de maneira planejada.
160 Não temos fórmula para isso, mas queria deixar registrado que nos solidarizamos com as
161 questões e preocupações que as apresentações destacaram. Um ponto importante na fala do
162 Maurício foi que na proposta da Câmara não tem nenhum tipo de contrapartida, e na proposta
163 do Izalci tem a ampliação da Flona 1 em direção a Taguatinga e a extensão da Rebio ao longo
164 da Chapada da Contagem, essas ampliações são muito importantes para a proteção ambiental
165 e sustentabilidade hídrica no DF. Foi então proposta a aprovação de uma Moção pelo CBH
166 Paranaíba em apoio à criação dessa nova UC da Contagem e os cuidados técnicos e
167 hidroambientais quanto a desafetações das Flonas 2 e 3, sendo que essa última também poderá
168 afetar, até mesmo, a Represa do Descoberto. Foi também proposto que fosse reivindicado que
169 devido à necessidade de um olhar estratégico da gestão dos Recursos Hídricos nessas regiões,
170 este CBH seja ouvido quanto a tais proposições e principalmente quanto à ocupação, a
171 regularização ambiental e o planejamento territorial dessas regiões do DF que certamente
172 podem afetar as condições hídricas de nascentes e cursos d'água dessas regiões, como indicado
173 pelos estudos destacados pela UnB. Foi destacado, ainda, que em muitos casos, tanto os
174 pareceres da Adasa quanto da Caesb sobre empreendimentos no DF registram que haveria água
175 disponível individualmente para cada novo projeto urbano, mas se todos forem avaliados de
176 forma sinérgica e acumulativa, essas condições analisadas isoladamente não correspondem
177 com a realidade se todas essas obras forem implantadas conjuntamente. Na realidade, existem
178 muitos interesses políticos por trás dessas iniciativas e pouco compromisso ambiental e hídrico
179 com o futuro do DF. Diante desse contexto, foi destacado que caberia também a este Comitê
180 se posicionar sobre tais circunstâncias, proposições e preocupações técnicas de caráter
181 hidroambiental. Com a palavra o presidente Ricardo, que destacou importante a proposta
182 surgida de que fosse considerada a possibilidade de ser aprovada uma Moção do CBH
183 Paranaíba-DF sobre tais questões. Dessa forma, poderia ser aprovada uma Moção que seria a
184 de nº 03/2021, recomendando a Terracap, DF Legal, Brasília Ambiental, ICMBio, SEDUH e
185 Casa Civil, a instalação imediata de um Grupo de Trabalho pelo GDF para planejar a
186 regularização ambiental e fundiária dessas áreas afetadas, diante dos riscos hidroambientais
187 que uma ocupação desordenada pode acarretar nas condições dos cursos d'água dessas regiões.
188 Esse GT teria a participação de todos os órgãos competentes e contando com o
189 acompanhamento do MPDFT e de representantes do CBH. Com a palavra Fábio que sugeriu
190 acrescentar no item 1 o nome "Assentamento 26 de Setembro" e colocar o Comitê de Bacias



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

191 também à disposição para discussões a respeito, inclusive sugerindo este Comitê ser convidado
192 para participar da construção das diretrizes urbanísticas da região do 26 de setembro.
193 Com a palavra Camila Maia – SEDUH, que mostrou os passos técnicos que essa área deverá
194 percorrer até se tornar uma área urbana. Frisou que no momento a 26 de setembro ainda não é
195 regularizável. Em junho/2021 saiu uma Lei Complementar que altera o PDOT e cria novas
196 áreas de regularização, mas essas áreas são de interesse social e a 26 de setembro não entrou
197 nessa Lei. Porém, está sendo feita uma revisão do PDOT e muito provavelmente essa região
198 irá entrar, pois tem visto isso como tendência. Sugere que essa segunda proposta de
199 participação do CBH também seja encaminhada à equipe de trabalho do Plano Diretor, pois
200 essas alterações já estão sendo discutidas. Sugere também que outros órgãos de Gestão Hídrica
201 sejam convidados para participar da revisão do PDOT, não só este CBH, pois toda vez que tem
202 um parcelamento, gera impactos hídricos. Com a palavra Ricardo que identificou estarmos
203 tratando de uma área ainda não regularizada como área urbana e, por isso, não é possível que
204 se crie um Grupo de Trabalho de imediato. Com a palavra Fábio, que concorda com a colocação
205 da Camila Maia, complementando a importância da participação dos Comitês nas discussões
206 dos grupos do PDOT. Solicitando, inclusive, a participação dos CBHs sobre as discussões
207 quanto às áreas a serem regularizadas, tomando cuidado para não entrarmos apenas ao final do
208 processo, mas sim tanto na elaboração do processo de regularização dessas duas áreas como na
209 revisão do PDOT. Com a palavra Elisa que fez algumas contribuições para a elaboração da
210 Moção, apoiadas pelos resultados das pesquisas e concordou que o CBH apresentasse uma
211 Moção em relação a cada uma das áreas e questões específicas. Inclusive, sobre alguns
212 condicionantes ambientais do setor Vicente Pires, se algumas medidas já estivessem sido
213 apresentadas e mesmo o CBH tivesse colaborado, quando iniciaram tais regularizações do SH
214 V. Pires, muitos dos atuais problemas nessa região não teriam ocorrido. Afinal, tais discussões
215 mais permitem que sejam identificados e tomados todos os cuidados técnicos que a criação ou
216 regularização de uma área requer, inclusive atendendo a resolução nº 09/2011 da Adasa.
217 Com a palavra Ricardo, que se compromete a elaborar o texto das possíveis Moções e
218 requerimentos, a partir das contribuições feitas pelos membros do Comitê e encaminhar na
219 próxima reunião do CBH. Com a palavra Camila, dizendo que a SEDUH está recebendo todos
220 os requerimentos de toda sociedade civil e contribuições para a elaboração do PDOT, assim
221 como de requerimentos de criação, alterações e modificações de áreas do DF, que estarão
222 disponíveis no portal eletrônico da Secretaria
223 (<https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal>). O presidente Ricardo ressalta a
224 importância de serem encaminhadas essas Moções e da realização dos requerimentos
225 administrativos. Com a palavra Sol, que ressalta a importância dos requerimentos quando se
226 trata de questões individuais e a importância do planejamento no uso dos recursos hídricos para
227 assegurar a responsabilidade do Comitê, junto ao grupo gestor do PDOT. Com a palavra
228 Ricardo que ressalta a importância de reivindicarmos o lugar devido a esse Comitê na



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

229 estruturação das diretrizes urbanísticas do Assentamento 26 de setembro e nas demais DIURs
230 a serem estabelecidos para outras regiões do DF na BH do Paranaíba. Com a palavra Mauricio,
231 que ressalta que o ICMBio não foi até agora chamado para participar de nenhum processo da
232 revisão do PDOT, muito menos de qualquer reunião do GDF a respeito, apesar de mais de 70%
233 do DF serem áreas protegidas de UC Federais de responsabilidade direta do ICMBIO e pede à
234 colega da SEDUH que comunique ao GDF esse importante pleito para que esse Instituto
235 Ambiental Federal também participe da revisão do PDOT-DF. Salientou ainda que observa que
236 o PDOT está tendo uma visão estritamente urbana e pouco ambiental, enquanto o DF é
237 predominantemente rural. Seria importante considerar as diferenças entre as comunidades
238 urbanas e rurais, inclusive para ampliar a participação social no processo de revisão ambiental
239 do PDOT. Quanto ao assentamento Maranata, foi destacado que a ideia é que ele se mantenha
240 rural, por estar a montante do reservatório do descoberto, e que seja regularizado de uma
241 maneira diferente, garantindo condicionantes ambientais que mantenham no uma taxa máxima
242 de 5% de impermeabilização nessa área. Com a palavra Lauro, que enfatizou que o
243 assentamento Maranata foi criado dentro da Flona a anos atrás, que a população local festeja a
244 possibilidade de regularização e que o comitê tem de ficar atento ao crescimento urbano,
245 mesmo isso será trágico para a bacia do descoberto. Frisa ainda a importância de “freios” para
246 conter o crescimento desordenado no DF. Mauricio frisou ainda a importância de garantir no
247 PDOT que se mantenham essa área do Maranata como rural, assim como verificando qual o
248 tipo de unidade de conservação distrital de proteção integral, que pode ser implantada na área
249 que ainda existe de cerrado na região próxima ao centro de Brazlândia, assim como transformar
250 a parte da área que já tem uso rural como uma nova Reserva de Proteção Sustentável para quem
251 possa assim protegê-la, mantendo parte do Cerrado minimamente protegido e o restante com
252 usos estritamente rurais. Propõe ainda a elaboração de um diagnóstico socioambiental, tanto
253 na Maranata, quanto na 26 de setembro, levantando elementos técnicos para provocar o Estado
254 (GDF/União) com encaminhamentos objetivos. O presidente Ricardo propõe a aprovação de
255 uma Moção específica para o Assentamento 26 de Setembro. Sol sugere que sejam Moções
256 específicas para cada uma das duas áreas, mudando os itens principais em razão das condições
257 urbanas de uma (26) e rurais de outra (Maranata). Ricardo concorda com duas Moções quanto
258 às Flonas, uma com enfoque de área mais rural e a outra de uma área urbana. Camila diz que
259 houve um decreto que acrescentou uma “cadeira” de Recursos Hídricos no planejamento para
260 a elaboração do PDOT; que normalmente essa cadeira é disputada por membros da entidade
261 civil, dentre eles se encaixam os Comitês de Bacias. Mauricio solicita o e-mail para a Camila,
262 para que possa formalizar a participação do ICMBio nas discussões do PDOT. Com a palavra
263 o presidente Ricardo que sugere a formação de um Grupo de Trabalho para 26 de setembro em
264 2022 e coloca em votação para a aprovação da proposta de uma Moção de nº 03 do Comitê de
265 Bacias para tal. Frente às considerações sobre o Assentamento Maranata, considera a proposta
266 para votação da Moção 04 de 2021, sendo então ambas Moções aprovadas pelo Comitê, com



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

267 as sugestões comentadas - **c) Parque Nacional da Contagem/DF** – Em razão da proposta de
268 desafetação das Flonas e a necessidade de uma contrapartida ambiental, com a ampliação da
269 área da Rebio Contagem em ao menos 4.000 hectares e a recategorização da mesma em Parque
270 Nacional, que seria uma unidade de conservação de proteção ambiental, mais forte para
271 conservação da natureza, foi proposto também a aprovação de outra Moção específica por este
272 Comitê. Com a palavra Ricardo recorda que nessa mesma área protegida e situada na Chapada
273 da Contagem, encontram-se nascentes da bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho e do Rio
274 Maranhão. Trata-se de uma área que precisamos garantir com a criação desse novo Parque
275 Nacional abarcando uma área, no mínimo, igual ou superior a àquela a ser desafetada.
276 Com a palavra Mauricio Laxe, que explica a importância dessa área para a proteção ambiental
277 no DF e que é uma área considerada como sendo um corredor ecológico do DF e que faz parte
278 da Reserva Mundial da Biosfera no Cerrado. Destacou ainda que o ICMBio com o IBRAM já
279 havia criado um GT em 2015, para a discussão geral dessa problemática de ocupações
280 irregulares em áreas Federais protegidas que estavam em confronto com áreas rurais, o qual
281 propôs na época que essa mesma área deveria ser parte da compensação das referidas
282 desafetações. Mas infelizmente, somente a PL do Izalci prevê a incorporação dessa área de
283 mais de 4 mil hectares como sendo Parque Nacional da Contagem. Ricardo frisa que o projeto
284 propõe a desafetação da Flona em conjunto com a criação desse novo Parque. São 3 Projetos
285 de Lei no Congresso Nacional que devem ser unidos em um só, sendo que dois desafetam sem
286 contrapartida e esse outro tem como proposta o ressarcimento ao meio ambiente. Fica definido
287 que os posicionamentos do Comitê também serão encaminhados aos Deputados responsáveis
288 pela tramitação dos PLs nas duas casas, assim como a Erica Kokai, Leila do Voley e Izalci
289 Lucas, assim como aos Deputados responsáveis pela apresentação dos PLs sobre a mesma
290 questão. Com a palavra Rodolfo, presidente do CBH Maranhão que manifesta sua total
291 consternação quanto à grilagem de terras na área do Cerrado. Rodolfo propõe que sejamos
292 enfáticos no teor das Moções, quanto à contrapartida oferecida, pois na área do futuro Parque
293 existem dezenas de nascentes tributadas ao Maranhão. Rodolfo enfatiza que levará o tema para
294 a próxima reunião do CBH Maranhão, para elaboração de uma Moção nos mesmos termos
295 debatidos na presente reunião. Com a palavra o presidente Ricardo que propõe a aprovação da
296 Moção 05 de 2021, com a condição de posterior aprovação do texto em grupo do WhatsApp.

297 **2. Situação da APM Taquari e das nascentes das bacias hidrográficas da Serrinha do**
298 **Paranoá. a. Projeto de Licenciamento Taquari – Etapa II** – Ricardo agradece a presença
299 do Brasília Ambiental e passa a palavra para Renato Santos que apresenta o licenciamento
300 ambiental do Taquari. Frisa que tem um embrolho que é a situação atual do Parque Ecológico
301 Taquari e o Parque Ecológico na Vila Varjão. O Parque da vila Varjão sofreu uma ADIN -
302 Ação Direta de Inconstitucionalidade, em função de Deputados e Senadores legislarem sobre
303 unidades de conservação que não compete a eles. Houve, internamente ao Ibram, a definição
304 da poligonal dessas duas unidades de conservação ambiental, dentro de planejamento dessas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

305 unidades e dos planos de manejo, e isso desde sempre foi questionado. O último ato dentro
306 desses processos foi o pedido de revisão do plano de manejo e a definição das suas poligonais.
307 Acredita-se que devido ao andamento do processo vai haver a suspensão da Instrução
308 Normativa 182 e 183 parcial, no que diz respeito a poligonal dessas unidades. Vai ser criado
309 um outro GT para a proposta de outro Parque na Serrinha do Paranoá, denominado Pedra dos
310 Amigos, para que se discuta a melhor poligonal para tal, que atenda os interesses divergentes
311 que existem sobre o território. O licenciamento do Taquari está parado em função dessas duas
312 Instruções Normativas. Com a palavra Ricardo que se compromete indicar um membro do
313 CBH Paranaíba/DF para acompanhar o GT que será criado. **b. Situação da área do**
314 **Monumento Encosta do Paranoá. c. Situação do processo de implementação do Parque**
315 **Pedra dos Amigos. d. Situação dos processos de implantação dos Parque Taquari e**
316 **Parque do Varjão.** – Fazendo o uso da palavra, Renato registra o histórico sobre essas áreas,
317 a partir das demandas que tiveram início em 2009/2010 com o começo do licenciamento do
318 Setor Habitacional Taquari (SHTq) como um todo, tendo estudo de análise e proposta para as
319 unidades de conservação e parques ecológicos a serem criados no Setor Habitacional Taquari,
320 processo nº 391.000.990/2009, com a proposta de 09 unidades de conservação. Em 2012
321 zoneamento ambiental da APA do Lago Paranoá – Decreto nº 33537 de 14/02/2012, com a
322 proposta de 06 Unidades de Conservação. Em 2020 se tem a proposta de criação do Parque
323 Pedra dos Amigos, processo nº 00391.0000.4568/2020-69 e a proposta de criação do
324 Monumento Natural da Encosta, processo nº 00149.00000875/2020-24. Foi criado um GT com
325 a participação de diversos órgãos que compõe a estrutura administrativa do DF, para a
326 elaboração do Estudo de Criação do parque Distrital Pedra dos Amigos e Monumento Natural
327 da Encosta. Diálogos em busca de convergência para constituição de poligonal de Unidade de
328 Conservação na região estudadas, ao todo foram 12 reuniões. No GT identificou-se que não
329 era necessário trabalhar com muitas unidades fracionadas com o mesmo objetivo, uma
330 composição única era suficiente. Observou-se algumas premissas laborais para que as
331 discussões fossem adensadas, que são: observância do devido processo legal; busca do interesse
332 coletivo, respeito às APPs, ao zoneamento ambiental de UCs existentes e as outras camadas
333 territoriais protetivas; incorporação de remanescentes e atrativos naturais; incorporação de
334 áreas com ocorrência de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção; evitar ou atenuar,
335 ou quando impossível, fazer frente aos conflitos socioambientais vigentes e latentes;
336 consideração da previsão de infraestruturas em processos de licenciamento ambiental;
337 inaplicabilidade da teoria do fato consumado no Direito Ambiental (Súmula 613 do STJ); e
338 inexistência de usucapião em terras públicas. Foram elaboradas bases de dados espaciais
339 sobrepostas à proposta inicial e zoneamento ambiental da APA do Planalto Central e da APA
340 do Lago Paranoá, que foram importantes para a definição das propostas finais. Os próximos
341 passos são: divulgação do estudo técnico, realização de consulta pública que será online,
342 recepção oficial de contribuições, adequações à proposta e encaminhamento para a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

343 publicação. Com a palavra Ricardo que agradece a apresentação e abre a reunião para debates.
344 No tocante à grilagem de terras nessa região, Renato diz ainda que houve uma omissão do
345 Estado, porém o Ministério Público solicitou uma gestão mais efetiva, o que possibilita a
346 concretização dessas duas unidades de conservação. Uma consulta pública conduzida pelo
347 Ibram vai tratar da criação das duas unidades de conservação, que além de estarem previstas
348 no processo de licenciamento, estão previstas no processo de criação da APA do Lago Paranoá.
349 Com a palavra Ricardo que esclarece ter convidado um representante do IBRAM da área de
350 licenciamento para falar desse processo de licenciamento das áreas em tela, mas que não
351 compareceu, e que propõem que seja também solicitado pelo Comitê, acesso as informações a
352 respeito desse Processo junto ao IBRAM. Mauricio sugere como encaminhamento a avaliação
353 de uma Moção deste CBH numa próxima reunião, no sentido de que o GDF priorize a
354 regularização das áreas rurais remanescentes da região da Serrinha do Paranoá, como prevê os
355 Artigos 278 a 284 do PDOT, assim como que mesmo procedimento possa ser providenciado
356 junto ao MPDFT. Assim como sugere que esse Comitê reitere o convite ao IBRAM ou
357 Terracap para que venham a apresentar as propostas dos projetos de urbanização previstos para
358 região do Taquari pelo GDF (Etapa 2, etc). Destacou ainda que tomou conhecimento de que
359 também estavam ocorrendo ocupações irregulares recentes na região da APM do Taquari e que
360 por isso sugere que esse CBH solicite informações a Terracap e a Caesb a respeito, para que
361 esses problemas da Serrinha do Paranoá possam ser tratados conjuntamente numa próxima
362 reunião desse Comitê. Com a palavra Ricardo que frisa, pelo avançar da hora não termos mais
363 quórum para a aprovação de nenhum encaminhamento a não ser a previsão de retomarmos tais
364 propostas, comprometendo a manter em pauta essas discussões nas próximas reuniões a partir
365 de meados de fevereiro/22. Agradece a presença de todos os presentes e encerra a reunião. Era
366 o que tínhamos para registrar.

367

368

369

370

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente